

OS DEVANEIOS MODERNIZADORES DE HUGO CARNEIRO

Eziz Leite de Moura Júnior¹

RESUMO

No primeiro capítulo do livro “Fábulas da modernidade no Acre: a utopia de Hugo Carneiro (1927 a 1930)” o escritor dialoga com vários autores buscando entender as mudanças nos cenários urbanos e o papel social, econômico e cultural por trás dessas transformações a partir do governador que representou essas “reorganizações”. O estudo aqui apresentado trata da constituição do espaço urbano da cidade de Rio Branco, entre os anos de 1927 a 1930, quando o advogado Hugo Ribeiro Carneiro assumiu o governo do “Território do Acre”.

Palavras-Chaves: Modernização; Acre; Hugo Carneiro.

ABSTRACT

In the first chapter of the book “Fables of modernity in Acre: the utopia of Hugo Carneiro (1927 to 1930)” the writer dialogues with several authors seeking to understand the changes in the urban scenarios and the social, economic and cultural role behind these transformations from of the governor who represented these “reorganizations”. The present study deals with the constitution of the urban space of the city of Rio Branco, between the years of 1927 and 1930, when the lawyer Hugo Ribeiro Carneiro assumed the government of the Territory of Acre.

Keywords: Modernization; Acre; Hugo Carneiro.

Os devaneios modernizadores de Hugo Carneiro

Segundo Souza (2018), nessa época a cidade de Rio Branco era formada por algumas dezenas de casas, a maioria delas construídas de madeira e telhados de barros ou palhas. O comércio era conduzido em grande parte por sírios, libaneses e portugueses que tinham como local de livre comércio, o distrito de empresa.

No período, o cenário da cidade era composto por, aproximadamente, 80 casas de madeira, com cobertura de telha de barro ou palha, construída, em sua maioria, de forma conjugada. A área comercial da cidade situava-se no então Distrito de Empresa, onde sírios, libaneses e portugueses exerciam hegemonia no controle das atividades comerciais. (SOUZA, 2018, p.17).

¹ Graduando do 2º período do curso de Bacharelado em História, da Universidade Federal do Acre e 3º período do curso de licenciatura em História da Estácio de Sá. (Ufac).
Email: junior.469@hotmail.com.

Segundo o autor, do outro lado do rio situava-se a cidade de Penápolis que tinha o papel administrativo do território e abrigava os prédios mais importantes de Rio Branco. “Em Penápolis estavam situados os dois prédios mais importantes da capital: a Sede do Governo e a Residência Oficial do governador”. (SOUZA, 2018, p. 18). Na área urbana da cidade se misturavam as culturas dos nordestinos, portugueses, sírios, povos indígenas e libaneses. Esses personagens vivenciavam trocas de saberes formando a cidade de Rio Branco. Diante essa realidade social entra em cena o personagem Hugo Carneiro que a partir do seu projeto de reinvenção do estado do Acre, o autor busca dialogar com esse problema da reinvenção do estado do Acre e que por diversas vezes sofreu tentativas de desconstruções dos múltiplos territórios sociais já existentes em especial na capital de Rio Branco, Acre.

“O desafio que se põem é de dialogarmos com o projeto modernizador do governador Hugo Carneiro, enfatizando as diversas tentativas de anular os diferentes territórios sociais existentes e constituir uma concepção homogênea de espaço e comportamento.” Dessa forma, percebemos como a proposta do mencionado governador é reinventar o Acre e, em especial, a cidade de Rio Branco, sua capital. (SOUZA, 2018, p.18).

Porém o escritor deixa claro que devemos estabelecer um referencial pra dialogarmos com o termo território social. Ele usa como referência a obra de Vidal (1997) para que se possa imaginar o território como algo cultural e que se relacionam entre si, os indivíduos e a terra.

Ainda dialogando com Vidal (1997) o autor expressa que a partir disso podemos olhar a terra como fator natural transformada pela ação humana e formando uma sociedade de caráter político e social. Portanto, o autor expressa que seria uma precipitação pensarmos que a soma de particularidades representa todo um território variado em saberes e fazeres. Porém, mediante vários saberes surgem dominantes que quando coabitam no mesmo espaço sobressai, tomando para si o território e criando uma estrutura de poder.

Seria precipitado, no entanto, pensarmos a representação coletiva do território como uma soma das representações individuais, como resultante da unidade de uma diversidade de territórios culturais. Por essa perspectiva, percebe-se que é comum que se estabeleçam os pressupostos dos setores dominantes ou majoritários, em detrimento da multiplicidade “de saberes/fazeres que coabitam/ constituem certo espaço. Assim, apropriar-se do território torna-se uma importante representação de poder. (SOUZA, 2018, p.19).

Para o autor a ideia de colocar as coisas em ordem torna-se um fator determinante para as pretensões de certos indivíduos que desejam tomar para si aquele território. Segundo o autor “... as intervenções desenvolvidas pelo poder público, visando à modificação dos espaços, são referendadas por saberes técnicos que têm como principal objetivo legitimar as ações políticas...”,

que por intermédios dessas “mudanças” excluem personagens sociais considerados invisíveis ao olhar da modernização.

Na percepção do escritor a reorganização dos espaços urbanos cria uma base territorial que tem como objetivo dividir em várias estruturas de diferentes segmentos que formará um habitat estável para humanos. Colocando sobre aquele espaço uma representação social e buscando de certa forma aplicar a essa sociedade características. De acordo com o autor, “as construções dos discursos têm como objetivo firmar conceitos semelhantes”, onde as diversidades são relegadas/excluídas, em nome da necessidade de uma unicidade na construção do espaço e no comportamento da população”.

O autor reafirma usando como referência Maria Stella que explica que as discussões sobre a necessidade de modificar as áreas urbanas começam com o reaparecimento da peste na Europa no século

XIX. Mediante isso, as elites europeias levantavam questões a respeito da convivência entre os ricos e os pobres, imputando aos pobres as doenças, fatores morais repreensíveis e os hábitos de higiene em que eles viviam. Chegando a ocasionar epidemias e endemia por existir essa interação entre esses atores. Mas, na contramão dessa relação, a carência de mão de obra forçava a elite a suportar essa dinâmica com o objetivo do desenvolvimento, da expansão e da produção.

No olhar das elites europeias, os aglomerados de pessoas nos espaços urbanos forçavam a convivência da parte mais abastada da população com pobres e miseráveis que, distribuídos na cidade de forma “irracional” e sem nenhuma “lógica” propiciavam, com seus hábitos higiênicos e morais, a proliferação de doenças e de valores contestáveis, assustando a burguesia que temia pelo contágio, por insubordinações e pela carência de mão de obra que as epidemias e endemias ocasionavam, em um momento de expansão da produção. (SOUZA, 2018, p. 20).

Continuando o diálogo, o autor levanta o seguinte questionamento: “como enquadrar em “pressupostos racionais” o que se apresentava como a representação do “caos”? A partir dessa problematização o autor responde que “as cidades deveriam seguir uma lógica na sua construção e na distribuição da população, os ambientes deveriam ser divididos de acordo com as atividades econômicas e as condições sociais dos habitantes.” Dessa forma a centralização seria apenas para movimento comercial e industrial e não poderia mesclar o mesmo espaço entre comércio e habitação e a possibilidade de uma relação entre pobres e ricos seria impensável.

Em um diálogo com o sociólogo Cristhian Topalov o compositor dessa produção explicita que para seu interlocutor as cidades têm uma característica predominante que é a “irracionalidade” e que por consequência desse fator deve se trazer uma ordem por intermédio de

interferências nos espaços urbanos. Em um novo conceito de cidade onde circulam pessoas, a miséria real, produtos e comércio, esse cenário coloca a burguesia em certo pedestal social econômico que mais a frente refletirá na Revolução Francesa. “O conceito de racionalizar os espaços urbanos estava vinculado à perspectiva de transformar as cidades de um espaço do “caos”, para um ambiente de racionalidade.” Aqui o compositor cita que o papel dos médicos foi fundamental para uma suposta “medicalização das cidades”, porém ele mesmo aponta um conflito que “Foucault denominou como “medo urbano”, processo que se constitui na Europa, basicamente, a partir do século XVIII”.

Diante disso as representações dos conhecimentos dos doutores da medicina eram encharcadas de intervenções e interações com o setor público com objetivo de criar espaços saúdes. O autor continua seu diálogo com o historiador Sidney Chalhoub que discorre que a relação da higiene pública em qualquer sociedade do mundo traz um simbolismo que a moral e o material daquele povo progridem para um aperfeiçoamento civilizatório.

Assim, representação dos saberes/poderes dos médicos expressa-se, por exemplo, em intervenções desenvolvidas pelo poder público, com o intuito de criar espaços salubres. No Brasil da segunda metade do século XIX, o historiador Sidney Chalhoub ressalta que se propagou, de maneira intensa, a concepção de que: [...] o aperfeiçoamento e o progresso da higiene pública em qualquer país, simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo que o habita; é o espelho, onde se refletem as conquistas, que tem ele alcançado no caminho da civilização. (SOUZA, 2018, p.21).

O escrito expõe que “É importante ressaltar que a denominação “discurso”, aqui empregada, deve ser entendida como construtora de práticas e representações sociais.” E ele sustenta essa afirmação baseado no autor Paul Marie Veyne. Com isso o literato conclui que o discurso não tem valor, pois, as palavras estão suscetíveis a enganos, que nos levam a crer em objetos naturais e na existência de coisas.

Na perspectiva do autor os discursos e as críticas irônicas aos espaços urbanos não foram apenas uma imposição do poder público, dos doutores da medicina ou engenheiro. A intenção de polarizar o conceito da salubridade populacional foi um importante plano de uma estrutura de poder, notando-se que essa estrutura que seria a partir das referências nos modelos éticos, morais e estéticos. Porém, o autor faz uma indicação: “..., no entanto, deveria enxergar nas novas práticas verdades que deveriam ser seguidas, além de exercer um intenso sistema de vigilância para que não fossem rompidas.” E conclui que não é possível afirmar que não haverá rupturas na busca de uma utopia modernista determinada após o século XIX.

Essa perspectiva nos possibilita pensar que os discursos e práticas de sanitização dos espaços urbanos não foram meras imposições do poder público, de médicos ou engenheiros. A lógica de impregnar o discurso de salubridade na população foi uma importante estratégia de poder, considerando que a mesma deveria atuar como propagandeada de novos referenciais éticos, morais e estéticos. Para isso, no entanto, deveria enxergar nas novas práticas verdades que deveriam ser seguidas, além de exercer um intenso sistema de vigilância para que não fossem rompidas. Isso não significa dizer que não ocorreram rupturas, frente à utopia modernista estabelecida a partir do século XIX. (SOUZA, 2018, p. 22).

Desse ponto de vista o autor relata que a cidade passa a ser vista de uma forma global, organizada e sistêmica. Nomeando os portadores do saber técnico /científico para apresentar as deficiências e procurar meios para encontrar soluções que seriam de responsabilidade pública, haja vista que esse governo se apresenta como “governo do povo”. O diagnóstico dos médicos e engenheiros é que quando se há uma ruptura no ambiente as transformações ocasionam efeitos nos corpos e comportamentos dos indivíduos ali inseridos. O autor continua: “Essa possibilidade poderia proporcionar à ciência transformar os espaços urbanos de um problema para um objeto de intervenção, o que viabilizaria a supressão das tensões sociais e a instauração da “razão”.” E conclui usando o que Topalov classifica “como uma ordem escondida sob a desordem”.

Segundo o autor a principal representação de discurso para intervenções do poder público nos meios urbanos foi em Paris, no século 18. As transformações da cidade francesa serviriam de vitrine para o resto do mundo no sentido de criar padrões de cultura, estética e valores. O autor relata que a partir da administração do prefeito Haussmann as ruas de Paris são alargadas para circulação de ar, tropas e homens comerciantes. Os barracos nas partes centrais da cidade são demolidos, colocando um novo conceito de reorganização dos espaços urbanos e deslocando esses pobres para outras áreas de Paris. Tornando a parte central de Paris um habitat ideal para a burguesia francesa, proporcionada diretamente pelo poder público. Ele também relembra que com o surgimento da peste há um alvoroço nos meios aglomerados da França, e que a burguesia se empenha a impregnar a culpa da doença aos pobres. E o medo do contágio serve como argumento para efetuar demolições de prédios para melhorar o urbanismo da cidade. Usando a desculpa de insalubridade o poder público tem papel fundamental nesse processo. Essas transformações incitam novos hábitos e novas formas de aproveitamentos dos espaços urbanos.

É importante ressaltar que, em Paris, o reaparecimento da peste, provocando pânico na população, a multidão aglomerada explicitando cada vez mais a dicotomia socioeconômica da sociedade burguesa, o medo de contágios e de motins, parece justificar os golpes de picaretas que

derrubavam moradias e outras construções caracterizadas como insalubres e, gradativamente, após a retirada dos entulhos, davam lugar a largas avenidas, bulevares e novas e “assépticas construções”. (SOUZA, 2018, p.23).

Para o autor a cidade brasileira que era a vitrine da modernização urbana era o Rio de Janeiro que vinha bebendo das fontes europeias e buscando romper os laços com os cortiços, os pobres, as epidemias e os negros que circulavam em áreas nobres presentes no Brasil. Diante disso, o Brasil se coloca na posição de buscar uma reorganização nas áreas urbanas. Qualquer país que não estivesse seguindo o modelo francês estaria no sentido contrário da modernização e se colocaria em uma posição de inferioridade intelectualmente. O Rio de Janeiro, segundo o autor, faz um ato simbólico de ruptura desse conceito de cidade atrasada com a demolição do cortiço O cabeça de porco, coordenada pelo prefeito Barata Ribeiro no ano de 1893.

O ato simbólico da tentativa de ruptura do Rio de Janeiro com o conceito de cidade “atrasada”, provavelmente ocorre em 1893, quando o prefeito Barata Ribeiro coordenou a demolição do mais célebre cortiço carioca, o Cabeça de Porco. (SOUZA, 2018, p.25).

Para o autor a demolição do cortiço mencionado acima acontece em um cenário de pompas. Há frente desse cenário estavam grupos de bombeiros, operários e o próprio prefeito que se mostra inflexível ao restante de pessoas que ali habitavam. o prefeito não saiu do local até que tudo se findasse em moradores desabrigados. Mostrando que uma suposta regeneração da cidade começaria com aquela ação. Segundo o autor, o prefeito foi apreciado pela imprensa carioca que em diversas vezes abriu suas linhas editoriais para elogiá-lo nas entrelinhas. Em “especial pela Revista Ilustrada que em sua edição nº 658, no ano de 1893, dedicou várias páginas, inclusive a primeira, para tratar sobre a derrubada do famoso cortiço.”.

Diante disso Souza (2018) critica a forma autoritária e dramática que a modernidade do Brasil adota que não hesitava em prejudicar os mais pobres ou aqueles que não concordavam com os novos conceitos de civilização. Mediante essa realidade as elites rotulam os pobres como causadores de todos os males da sociedade.

Esse episódio demonstra o caráter autoritário e dramático da modernidade no Brasil, projeto que não hesitará em marginalizar todos aqueles que não compactuassem com os novos preceitos “civilizatórios”, em especial os setores mais pobres da população. Essa perspectiva termina por criar uma espécie de simbiose entre pobreza e perigo, passando os pobres a serem identificados como causadores de todos os males existentes na sociedade. Para as elites, eram eles os responsáveis pela proliferação das doenças do corpo e da alma, o que legitimaria as medidas excludentes que o poder público pudesse vir a tomar. (SOUZA, 2018, p.27).

Mediante o escrito sobre a reorganização no setor urbanístico do Rio de Janeiro voltamos ao cenário acreano que começa a ser regido, segundo o autor, pelo então governador Hugo Carneiro que não era um ignorante a respeito do território acreano. Ele, por sua vez, tinha formações acadêmicas na área do direito, foi deputado federal no Ceará, juiz em Tarauacá, prefeito interventor de Manaus e por fim nomeado governador do Acre em 1927, por um decreto presidencial.

Ao desembarcar na cidade de Rio Branco procedente do Rio de Janeiro, em junho de 1927, após 45 dias de viagem, constituía-se na principal autoridade do Território: fora nomeado governador pelo presidente da República, Washington Luís, através de decreto datado de 13 de abril de 1927. (SOUZA, 2018, p.30).

A primeira percepção do governador, segundo o autor, foi que a cidade de Rio Branco era praticamente uma cidade constituída de órgãos públicos, ruas ruins, e casas de madeira. Em seu contato com o presidente, não escondia sua frustração a respeito do que viu quando se deparou com o território acreano. Segundo o autor, a impressão que Hugo Carneiro teve era de que o Acre havia parado no tempo e que não tinha sequer nenhuns resquícios das novas vozes da modernização. Ainda seguindo os relatos do autor, para Hugo Carneiro os recursos enviados para Acre a partir da sua anexação ao Brasil em 1903, não conseguiriam tira o Acre da realidade primitiva em que se encontrava.

A impressão que Hugo Carneiro nos passa é de que o Acre havia parado no tempo, que aqui não havia chegado, sequer, o eco das vozes que propunham uma nova estética para as cidades e novos e modernos hábitos para seus habitantes. Os recursos enviados ao Acre, desde sua anexação ao território brasileiro em 1903, não tinham mudado em nada o cenário “primitivo” da região, pelo menos, essa era a impressão do governador: (SOUZA, 2018, p.32).

Além do descontentamento do governador com a situação da capital ele ainda faz menção, segundo o escritor, sobre a forma em que população conduzia a higiene, uma atitude condenável confirmando e relatando uma forma de abandono da saúde pública acreana. O autor relembra ao dialogar com falas oficiais que os discursos estavam impregnados de preconceitos, simbolismo, universalismo e que a perspectiva do governador a respeito dessa modernização estava vinculada aos avanços tecnológicos e com a mentalidade de conduzir a natureza de forma racional e em prol do ser humano, algo produzido no mundo industrial a partir de uma concepção iluminista.

Porém, o principal problema, na opinião do escritor, serão os embates que Hugo Carneiro enfrentará com essas rupturas impostas às culturas já existentes no território acreano, na busca de uma utopia de modernização. Lembrando que já no início do seu governo ele deixa

claro sobre sua administração que o moderno será o foco e que casas de madeiras, o convívio entre pessoas doentes e sãs e os hábitos que os cercam passam a ser fruto de uma ignorância territorial existente nos habitantes e que representa o atraso desse território.

Desde sua efetiva posse como novo governador, no dia 15 de junho de 1927, intensificava-se no Acre um discurso que vai opor a tradição ao moderno, em uma perspectiva de passado/ultrapassado e futuro. As cidades acreanas com seus barracões de madeira, o convívio em um mesmo ambiente de pessoas doentes e saudáveis, as águas servidas e os excrementos sendo atiradas, aleatoriamente, em meio às ruas, quintais ou terrenos baldios, passam a caracterizar-se como a representação do “atraso” e da “ignorância” dos habitantes do Território. (SOUZA, 2018, p 34).

Segundo o autor, transformar a cidade de Rio Branco em um modelo arquitetônico era uma meta do então governador, porém, para isso ser realizado era preciso na visão do administrador que outras formas de construções e culturas fossem desconstruídas para que de certa forma o passado nada promissor acabasse com os processos de urbanização e assim, o futuro moderno começasse a surgir através do poder público. Para o autor, havia certa obsessão do governador pela alvenaria e uma dificuldade em viver em uma realidade de casas ou barracões de madeira, porém, essa forma de habitação tinha vínculos diretos com as florestas e seringais aqui já presentes. Nesse contexto qualquer mudança aqui proposta devia estar centralizada em um poder político que serviria como laboratório da modernização urbanista.

No caso específico do Acre, a constituição de uma nova cidade teria uma importante simbologia, pois representava o fortalecimento do poder de Hugo Carneiro que buscava, incessantemente, ser identificado com a ideia de um administrador com referenciais modernos, capaz de trazer o progresso, mesmo para uma região tão distante dos centros mais “civilizados” do país. (SOUZA, 2018, p.37).

Para iniciar as “transformações” que o poder público se propunha a realizar no Acre, a primeira medida foi atacar o hábito das construções em madeira, caracterizadas como insalubres e de estética condenável. Assim, termos como “pardieiro” e outras expressões pejorativas classificavam o tipo de arquitetura que predominava no Território. (SOUZA, 2018, p. 38).

Mediante essa nova concepção de Rio Branco todas as construções deviam passar por fiscalização e teriam que entrar num “padrão” de construção proposto pelo governo, no centro da cidade as construções tinham seus limites “Nenhum deles poderia ter altura inferior a 4 metros, entre a soleira e a linha de base da cornija; altura mínima de três metros para as portas e de 2 metros para as janelas, sobre 1m de largura.” Esse tipo de exigência traz um novo olhar de construções no Acre tendo em vista que segundo o escritor todo esse “zelo” com as obras era

para manter a saúde e circulação de ar nos meios urbanos. Sob pena de pagar multa ou condenação da casa caso não fosse aprovada na fiscalização. Esse modelo em que o governador cobra das novas construções segue, na opinião do autor, o mesmo modelo adotado na França no século XVIII.

A preocupação demonstrada por Hugo Carneiro em transformar o Território do Acre em um “espaço salubre” configurava-se como um discurso próximo do que fizeram especialistas do espaço da cidade, na França do século XVIII. (SOUZA, 2018, p. 43).

Segundo o escritor, nesse novo modelo de construções indústrias, mansões, prédios e casas habitacionais surgem novos tipos de convívios e novos modelos de sociedade. Cria-se uma sociedade misturada e esta relação acaba por se desenvolver em conflitos sociais entre ricos e pobres.

Voltando ao governo do Hugo Carneiro, na visão do autor, as intervenções do poder público trazem uma normalidade para a cidade através de meios políticos e jurídicos e colocam na cabeça do povo que toda a mudança proposta pelo governo era fruto da modernidade e que ao construir novos modelos de prédios e afastar as doenças e promover trabalhos filantrópicos traria a Rio Branco status de cidade moderna e de um povo civilizado. Entre essas novas construções, duas se destacam “novo mercado municipal e o quartel da força policial, construídos em 1928, e o Palácio do Governo, obra iniciada em 1929.” Segundo o autor esses prédios trariam a cidade uma cara de novo ciclo (salubre, higiene e poder) e que a cidade de Rio Branco iniciaria assim um novo modelo de modernização urbana.

Segundo o autor, três obras representativas do novo modelo de Rio Branco foram construídas. Elas representavam a modernização, a higiene e o poderio do poder público. Os três espaços são o mercado municipal, o quartel da força policial e o palácio do governo.

O Mercado Municipal representava para Hugo Carneiro um marco inicial das transformações que o então governador planejava implementar no Território. Esse marco que representaria o fim das construções de madeiras e colocaria o Acre em uma corrente linear para o futuro modernista, deixando para trás as construções de madeira que representavam um atraso ou um monumento primitivo. O mercado municipal começou a ser construído em 24 de maio de 1928, em uma ação conjunta do governo do Território e da prefeitura de Rio Branco. A obra, avaliada em trezentos contos de reis, segundo o escritor, chamava atenção por sua forma arquitetônica e moderna referente aquela época.

Totalmente construído em alvenaria, o prédio do Mercado Municipal tinha paredes de tijolos revestidas em argamassa de cimento inglês. Media 24 metros de comprimento, com 15,60 metros de largura e altura de 5 metros. Ao todo, eram 374 metros de área construída. Toda a

fachada do mercado era guarnecida por platibandas 60 e cornijas 61 e o acesso dava-se por portas de 2,8 metros de largura. A imponente construção destacava-se entre as casas de madeira, a maioria coberta de palha, que predominavam no cenário da região central da cidade de Rio Branco, no ano de 1928. (SOUZA, 2018, p.49).

A construção do quartel da força policial, segundo o autor, “ocorreu de forma simultânea ao início da obra do novo Mercado”. Ainda segundo o escritor, o governador, conscientemente marcou a data do início da obra para o “dia do soldado”. Essa nova obra tinha o caráter de imposição do respeito e temor pela instituição. O impacto causado pela construção do quartel estabelecia laços com a população em que o estado era soberano e toda e qualquer estrutura social estava submetida a ele. A construção era grande e arquitetônica, muitas janelas e era e toda projetado para uma instituição que trabalharia em aliança com o poder público em busca de um futuro moderno.

A construção de um novo prédio, para servir como sede da força policial, deveria caracterizar-se como uma ação capaz de causar impacto na população. A intenção era estabelecer uma relação entre os moradores de Rio Branco e a instituição policial, marcada pelo respeito e o temor. (SOUZA, 2018, p.53).

O Quartel da Força Policial foi orçado em mil contos de réis e ocupava uma área de 600 metros quadrados, medindo quarenta metros de frente e quinze metros de fundo. O edifício era sustentado sobre alicerces de concreto, areia, cimento e tijolo. Todo o prédio recebia luz e ar por quarenta e cinco janelas e todos os quartos eram servidos de latrinas e água encanada, ou seja, fora construído um espaço “moderno” para abrigar a instituição que auxiliaria o novo governador na construção da “cidade do futuro”. (SOUZA, 2018, p.54).

A próxima obra, longe de ser qualquer construção, começa a ser implantada em meados do mês de junho do ano de 1929. O governo com um discurso de modernização da área central da cidade afirmava, segundo Souza (2018), que o prédio de uma estrutura baseada nas construções gregas e com grande poder arquitetônico representava o centralismo do governo vigente. A nova sede do governo constituiu-se em uma importante representação do centralismo que caracterizou a administração de Hugo Carneiro, portanto os conflitos com outros setores do poder público eram constantes e as motivações seriam a busca da independência do poder judiciário do território. Souza (2018) ainda comenta que “Hugo Carneiro tentou demonstrar, em seu relatório de governo, a necessidade de constituir o que classificou como independência e harmonia entre a administração e a justiça do Território”.

Esse conflito gerou uma parte vitoriosa que foi “o Decreto Presidencial de 5 de dezembro de 1927, que declarou ser de competência do juiz federal da seção do Amazonas, o

processo e julgamento do governador do Território do Acre.” Esse decreto afirma a independência do poder público a respeito dos magistrados que a partir desse evento estão submetidos ao executivo.

O Palácio de Governo Em 15 de junho de 1929, no segundo aniversário da posse de Hugo Carneiro, foi lançada a pedra fundamental do Palácio de Governo, espaço que serviria como sede da administrativa do Executivo. No discurso que pronunciou durante a solenidade, o governador fez questão de ressaltar o nascimento de um “novo Acre”: (SOUZA, 2018, p.54).

A restrição do poder dos membros do Judiciário constituiu-se em uma importante vitória para Hugo Carneiro. O Decreto Presidencial de cinco de dezembro de 1927 declarou ser de competência do juiz federal da seção do Amazonas, o processo e julgamento do governador do Território do Acre. Essa medida proporcionou ao governador uma independência em relação aos magistrados que atuavam no Acre que, efetivamente, terminavam por tornarem-se submissos ao poder do chefe do Executivo. (SOUZA, 2018, p.57).

Seguindo seu plano de governo, outras medidas foram sendo colocadas em exercício como a fiscalização dos recursos enviados para o Norte, tendo em vista que esses recursos deveriam ser administrados pelos próprios estados, buscando uma autonomia ao controle dos recursos federais. O Amazonas foi uma dos incentivados para a construção do primeiro Banco do Brasil no Acre, em 24 de janeiro de 1928, banco criado para destinação das verbas públicas e para a melhoria da interlocução monetária do estado.

O Amazonas colocava-se como extremamente necessário à criação de uma instituição financeira, para onde os recursos deveriam ser remetidos, problema resolvido com a instituição de uma agência do Banco do Brasil em Rio Branco, no dia 24 de janeiro de 1928. (SOUZA, 2018, p.58).

O governo também colocou outros meios de “tecnologias” “Para viabilizar a medida mencionada acima foi criado, além da agência do Banco do Brasil, um novo sistema de radiotelegrafia”, para ajudar esse novo modelo de governo centralizador.

A perspectiva de um Executivo centralizador parece representar-se na construção de uma nova sede para o exercício do poder. O Palácio Rio Branco deveria não apenas substituir a antiga sede do Executivo, mas constituir-se em importante símbolo de poder do novo governo. (SOUZA, 2018, p.59).

Buscando uma utopia de governo urbanista, economista e futurista o governo de Hugo Carneiro, segundo o autor, é representado pelo palácio de governo, que não serviria apenas para substituição do executivo, mas mostrar o poderio do governo .”Nas suas paredes e colunas, a

população deveria enxergar o Acre do “futuro”, e perceber que deveria render-se às ações de seu principal ocupante.”

REFERÊNCIAS

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Capítulo 1: Década de 20: sopros de modernidade no Acre.** In. *Fábulas da modernidade no Acre: a utopia de Hugo Carneiro (1927 a 1930)*. Rio Branco: Nepan, 2018.

Data de submissão: 26/09/2018
Data de aprovação: 22/12/2018